



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS,
ASSISTÊNCIA SOCIAL E TRABALHO - SEDHAST
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE DE MATO GROSSO DO SUL

219ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Data: 28 de maio de 2020

Horário: 14h

Via Google Meet

SUAS MS no Enfrentamento da COVID-19:

1. Agepen/Auxílio Funeral:

Diante de uma solicitação de auxílio funeral pela Agepen ao município, foi pactuada a retomada das discussões sobre os Benefícios Eventuais e a elaboração de uma recomendação acerca de demandas que não sejam de âmbito municipal, tais como, Agepen, UNEIS, abrigos para mulheres, dentre outras. A recomendação deverá ser apresentada ao Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS/MS).

2. CREAS/Benefícios Eventuais/RMA:

Foi solicitada pelo Coegemas/MS a gestão da Sedhast junto ao Ministério da Cidadania quanto à necessidade de adequação do Registro Mensal de Atendimentos (RMA) para o lançamento de Benefícios Eventuais em Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), tendo em vista que o atual sistema não permite. Diante da situação, a Sedhast informou que tal solicitação já foi feita e aguarda-se uma posição do Ministério, inclusive a Superintendência da Política de Assistência Social, por meio das Coordenadorias, está elaborando uma Nota Técnica com orientações aos municípios.

3. Orientações sobre as cestas alimentares distribuídas pelo Estado:

Foram levantadas as dificuldades dos municípios em localizar as famílias contempladas com as cestas alimentares. A gestora do município de Dourados sugeriu a elaboração de um protocolo para ajudar na identificação das famílias, bem como, agilizar o processo. Foi informado, pela Supas, que os critérios foram construídos pela Sedhast com a contribuição do Ministério Público Estadual e o Tribunal de Contas do Estado. São regras que favorecem as pessoas que não estão recebendo nenhum outro benefício, pessoas que estão passando por situação de vulnerabilidade por conta da pandemia e que não eram público da política de Assistência Social e que o momento requer mesmo um esforço maior para identificar essas pessoas e apresentou como sugestão o uso do Cead excluindo-se os beneficiários do Programa Bolsa Família, também foi sugerido o uso de redes sociais, rádios comunitárias, centros comunitários, dentre outros, para divulgação.

4. Pesquisa Assistência Social em MS no enfrentamento da COVID-19:

Pactuado o prazo de 2 a 15 de junho de 2020 para o preenchimento, pelos municípios, da Pesquisa Assistência Social em MS no enfrentamento da Covid-19. O objetivo da referida pesquisa é identificar as ações realizadas e as dificuldades

enfrentadas pelos municípios durante o período de emergência decorrente ao Covid-19.

5. Portaria 369 e 378:

Apresentado o panorama acerca dos municípios que assinaram o Termo de Aceite da Portaria Nº 369, de 29 de abril de 2020, a qual disponibiliza o repasse financeiro emergencial de recursos federais para a execução de ações socioassistenciais e estruturação da rede do Sistema Único de Assistência Social para os municípios devido à situação de Emergência em decorrência do Covid-19. Foi levantado que muitos municípios ainda não assinaram o Termo de Aceite, inclusive municípios com casos confirmados de Covid-19. Tanto o Coegemas quanto a Sedhast se comprometeram em fazer uma força-tarefa para que esses municípios sejam sensibilizados quanto à necessidade de se aceitar esse recurso para a execução de ações socioassistenciais, conforme preconiza a portaria. Também foi divulgado que o recurso da Portaria Nº 378, de 7 de maio de 2020, já está disponível para os municípios.

6. Auxílio Emergencial:

Realizada dia 28 de maio, pela manhã, uma reunião de trabalho sobre o Auxílio Emergencial, convocada pelo Deputado Helder Salomão, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, com a participação da Secretária Nacional de Assistência Social, Fonseas, Congemas, dentre outros, na qual foram levantadas as dificuldades para que o recurso chegue a todos que precisam, tendo em vista a situação de emergência devido ao Covid-19. Durante a reunião, embora a Assistência Social não tenha participado da formulação, foi cogitada a participação na execução, visando o alcance de pessoas ultra vulneráveis, as quais não tem acesso à tecnologia e internet. Também foi levantada a possibilidade de uma ferramenta que permita o cadastro assistido dessas pessoas, por parte do poder público, mas que depende ainda de normatização. Diante do cenário apresentado, estuda-se a retomada das reuniões da Comissão Intergestores Tripartite (CIT), o mais breve possível, provavelmente até a segunda semana de junho. Assim, solicita-se que os municípios que tiverem dúvidas e questionamentos que enviem para a Supas, visando a construção de um documento consolidado para ser apresentado na próxima reunião da CIT.

7. Aprovação da Ata da 218ª reunião ordinária:

Pactuada a aprovação da Ata da 218ª reunião ordinária da CIB/MS, realizada dia 5 de maio de 2020.